



ECONOMIA POPULAR E TERRITÓRIO: REALIDADES E POSSIBILIDADES NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

Sibelle Cornélio Diniz

Cedeplar/UFMG | sibelled@cedeplar.ufmg.br

Resumo geral: Os debates contemporâneos acerca da economia popular buscam compreender o conjunto de formas que o trabalho assume, hoje, fora da fábrica, especialmente na periferia do capitalismo. Constituintes históricas das economias latinoamericanas, essas práticas se renovam diante dos novos fluxos produtivos globais, da desestruturação dos Estados de Bem-Estar Social (jamais consolidados plenamente por aqui) e da crise contemporânea, marcada, entre suas diversas faces, pela financeirização, pelo endividamento e pela crescente perda de importância do trabalho assalariado formal.

Verônica Gago dá o nome de “economias barrocas” à forma como as práticas de cálculo de lucro e de precificação, e outras expressões da racionalidade neoliberal, são assimiladas, pluralizadas e contestadas pelas classes populares. Essas múltiplas estratégias, articuladas ao mercado e às dinâmicas capitalistas, buscam reorientar os frutos das atividades para a reprodução ampliada da vida coletiva, configurando o que a autora chama de “neoliberalismo desde baixo”. Gago discute ainda a diversidade de formas assumidas pelas economias populares, como mutirões, coletivos e grupos de ajuda mútua, transações sem contrapartida monetária, produção e redistribuição de alimentos, roupas e outros bens, empréstimos sem juros/lucro, entre outras. Nessas economias, que seguem ocupando ruas, calçadas, casas, lugares centrais e periféricos das metrópoles, o sentido do trabalho, do dinheiro e da remuneração é reconfigurado pelas dinâmicas coletivas de reprodução ampliada, sujeitas a outras lógicas de funcionamento que operam e constituem um sentido de comunidade, muitas vezes em escala regional ou, mesmo, transnacional.

A despeito de sua existência e relevância históricas, tais práticas permanecem invisibilizadas por um regime discursivo e por um imaginário que privilegia as práticas que recaem dentro do tripé capitalista: trabalho assalariado – mercado – firma. Em outras palavras, há uma certa concepção do que se considera, de fato, economia, que impede o aprofundamento da discussão sobre as práticas orientadas por princípios de comportamento econômico além do mercado, como a reciprocidade e a domesticidade e a redistribuição. Essa concepção se atrela à dificuldade de mapear e identificar os atores das outras economias, o que contribui para sua

invisibilização diante da produção acadêmica, das políticas públicas e do orçamento do Estado.

Diante disso, a Seção Livre busca discutir aspectos centrais das economias populares no contexto brasileiro, especialmente nas metrópoles, realçando seu papel na constituição desses espaços, bem como suas complexidades e contradições. Busca, ainda, problematizar em que medida essas práticas se beneficiam das dinâmicas contemporâneas de urbanização extensiva, podendo conter, em si, o germe do “urbano-utopia” lefebvriano, compreendido como a superação do urbano-industrial ao privilegiar a coletividade, a solidariedade, a complementaridade e a diversidade.

AUTONOMIA, MULTIDÃO E TERRITORIALIDADE: REPENSANDO AS ECONOMIAS POPULARES NO URBANO MAJORITÁRIO

Felipe Nunes Coelho Magalhães

IGC-UFMG | felmagalhaes@ufmg.br

Pensando nas economias populares a partir do prisma do urbano extensivo, é possível identificar um leque de práticas e formas econômicas diversas e que tendem a constituir diferenças, e que vão da agricultura familiar de pequena escala às populações tradicionais. Quando José Luis Coraggio propõe a ideia da economia dos trabalhadores (em interações múltiplas com a economia empresarial e a esfera do setor público), não existiam as possibilidades de articulação e formação de redes que hoje se fazem presentes, como a Teia dos Povos ou os modos de articulação ampliada que vêm sendo operadas pelo MST. Considerando o urbano do sul global - os tecidos estendidos de urbanização que caracterizam o mundo fora das fortalezas do norte global - como o urbano majoritário, as economias populares constituem economias diversas e majoritárias (economias da multidão) que, diante dessas novas possibilidades de articulação, apresentam potenciais de conformação de novas experiências de construção do comum. Reconhecer o grau de heteronomia todavia presente em muitos dos circuitos das economias populares (subsumidas a uma multiplicidade de redes hegemônicas das quais frequentemente buscam escapar e/ou resistir) aponta para a pertinência de construções políticas que tenham a autonomia como um norte emancipatório, o que demanda um trabalho coletivo de desenho e planejamento que, no contexto contemporâneo, aponta para a necessidade da construção destas teias com fortes bases territoriais que já se fazem presentes no âmbito dos movimentos socioambientais. Refletir sobre o sentido da “multidão” no contexto contemporâneo implica reconhecer um conjunto ampliado e diverso de elementos, que deve incluir seres vivos não humanos como sujeitos políticos. As economias populares têm a capacidade de fazer isso ao manterem vivo um conhecimento ancestral, oriundo de diversas matrizes culturais, que se fundamenta na construção e manutenção de relações de reciprocidade com o ambiente natural. Considerando as conexões entre antropoceno e entropia propostas por Bernard Stiegler, e propondo uma camada adicional que relacione essas conexões com o antropocentrismo,

surge a questão: como produzir vínculos antiantropocên(tr)icos que gerem formas sintópicas capazes de contrabalançar a produção entrópica em larga escala e alta intensidade dos circuitos hegemônicos atuais, impulsionados pela força da extrema direita atual? Como pensar em formas de retornar dialeticamente ao “outro mundo possível” do Fórum Social Mundial, que proponha respostas a questões dessa natureza por meio do protagonismo dos sujeitos envolvidos em práticas cotidianas de luta e manutenção das alteridades existentes, precisamente pelo fortalecimento das conexões entre eles?

ECONOMIAS POPULARES TRANSNACIONAIS NA ROTA BRASIL-CHINA: MIGRAÇÃO, COMÉRCIO E POLÍTICA URBANA EM BELO HORIZONTE

João Tonucci

Cedeplar / NPGAU - UFMG | joaotonucci@cedeplar.ufmg.br

Nos últimos anos, o fortalecimento das relações comerciais e diplomáticas entre China no Brasil têm atraído tanto interesse acadêmico quanto preocupações sobre seu impacto na ordem geopolítica global. O aumento expressivo das exportações brasileiras para a China e dos investimentos chineses no Brasil têm sido acompanhado pela significativa expansão da diáspora chinesa no país. Mas para além dessa fase hegemônica do processo de globalização, há uma outra faceta geralmente invisível da nova economia global, que envolve uma extensa e complexa cadeia global de mercadorias conectando a produção de bens industrializados de baixo valor na China e os mercados populares no Sul Global.

Transitando entre o formal e o informal, esse fluxo transnacional de mercadorias e pessoas tem sido descrito como uma forma de “globalização de baixo para cima”. No caso da rota Brasil-China, esta cadeia vem se expandido desde a década de 1980, tendo se estruturado originalmente a partir do Paraguai. A partir dos anos 2000, os produtos passaram a chegar de forma mais direta ao Brasil, com a mediação de uma população crescente de migrantes chineses, cujas atividades se expandem nos centros metropolitanos.

Esta contribuição tem como objetivo examinar essas dinâmicas com ênfase na economia popular no Brasil, um circuito vital para a sobrevivência de grupos urbanos marginalizados e que tem se tornado notavelmente influenciado pela presença de produtos e migrantes chineses. A reflexão será centrada em Belo Horizonte, a fim de ilustrar como processos de globalização são ressignificados e vivenciados fora de grandes centros globais. Serão apresentados resultados de pesquisa em andamento sobre o papel dos migrantes chineses na transnacionalização da economia popular da capital mineira. Nas duas últimas décadas, assiste-se por um lado à crescente criminalização do trabalho ambulante na capital, e por outro à estruturação de uma rede de comércio varejista e atacadista de propriedade de imigrantes chineses no hipercentro, ancorada nos shoppings populares. Assim, serão analisadas as transformações socioespaciais no circuito da economia popular, com ênfase na relação entre as políticas urbanas em Belo Horizonte e novas formas desigualdade e

solidariedade entre migrantes e ambulantes. Tal transformação na composição e dinâmica dos circuitos populares parece estar relacionada tanto à política urbana local quanto à simultânea estruturação de um elo local da cadeia global de mercadorias chinesas. Chama-se atenção tanto para a dimensão transnacional das economias populares quanto para a relevância da escala urbana na “globalização de baixo para cima”.

ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E AGROECOLOGIA NA PERSPECTIVA DO BEM VIVER

Luciana Corrêa do Lago
NIDES/UFRJ | lucianacorrealago@gmail.com

O tripé economia popular solidária, agroecologia e Bem Viver é a base analítica que sustentará a leitura de um conjunto de práticas econômicas coletivas, em curso na metrópole do Rio de Janeiro. Na perspectiva de construção de uma economia metropolitana popular e solidária, buscaremos traçar os desafios postos à produção e ao abastecimento de alimentos saudáveis na região e à aproximação entre produtores e consumidores, com ênfase nas barreiras impostas pela cidade capitalista, por sua materialidade e por seus fluxos de mercadorias. Para avançarmos na expansão e consolidação de um sistema alimentar agroecológico baseado em formas coletivas de trabalho, as ações de fomento à agricultura urbana precisam incidir, primeiramente, sobre as condições diretamente ligadas ao processo produtivo de alimentos saudáveis. Vale destacar as compras públicas, a segurança da posse da terra, os subsídios diretos, os espaços públicos para as feiras, o transporte dos produtos e a assistência técnica. Porém, essas condições de produção/abastecimento se confrontam com a dinâmica de produção da cidade capitalista, excludente e segregadora, mantida pelas políticas públicas convergentes com os interesses dos setores empresariais. Lutar por políticas de fomento à agricultura urbana agroecológica é lutar pela desmercantilização da cidade.

ECONOMIA POPULAR URBANA, SOCIOBIODIVERSIDADE E AS POSSIBILIDADES DE UMA ECONOMIA DINÂMICA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Harley Silva
UFPA | harleysilva@ufpa.br

A economia da biodiversidade na Amazônia tem se tornado mais presente no debate público brasileiro. Tal presença tem sido provavelmente impulsionada pela aproximação da COP30 em Belém, e pelos efeitos cada vez mais visíveis e drásticos das mudanças climáticas sobre a Amazônia e o todo o território brasileiro. Chama atenção neste debate o predomínio de uma visão orientada para o mercado externo. Com frequência a discussão é explícita ou implicitamente centrada nas possibilidades de crescimento de uma produção baseada na biodiversidade cujo mercado preferencial seria o exterior ou (na melhor das hipóteses) o centro sul do país. Menor atenção se tem dado à discussão sobre se há ou não

compatibilidade entre uma economia de exportação de produtos da biodiversidade, a permanência do bioma, a inclusão social e desenvolvimento na região. Inversamente, a análise das possibilidades, existentes e factíveis, de economias locais e regionais baseadas na sociobiodiversidade, não atrai tanta atenção. As razões para essa opção mais frequente pelo mercado externo se justificam assim tão completamente? Quais são os requisitos e consequências dessa opção? A hipótese a se discutir é que uma economia dinâmica e compatível com a permanência do bioma na Amazônia tem como fator principal a dinamização, expansão e diversificação dos mercados populares urbanos, locais e regionais, com base na diversidade da natureza no trópico úmido. Estes mercados têm escala, ritmo, afinidade e abertura para o aproveitamento da diversidade de produtos derivados da natureza no trópico úmido. Ao contrário dos mercados externos (particularmente os internacionais), cujos requisitos de existência e funcionamento são indutores de homogeneização, o desenvolvimento dos mercados populares urbanos tem o potencial de gerar a interação economicamente criativa com a biodiversidade, inclusive sendo promissores como ponto de partida para a gestação e futura introdução de produtos inovadores nos mercados externos à região.